

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

## **Linhares e Lobo: trajetórias, memórias e resistências<sup>1</sup>**

Andréa Cristina de Barros Queiroz<sup>2</sup>

Este trabalho produz uma reflexão sobre a trajetória e as memórias sobre duas renomadas e premiadas professoras e historiadoras da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi) da Universidade do Brasil (UB) e posteriormente do departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ): Maria Yedda Leite Linhares e Eulália Maria Lahmayer Lobo, mas também é uma homenagem e comemoração ao centenário de ambas.

Há a intenção de compreender como a trajetória, as pesquisas e a prática docente das duas historiadoras contribuíram não apenas para se posicionarem contra a ditadura dentro da universidade, mas, sobretudo, como um caminho para a resistência a partir da educação, da produção de saberes e da pesquisa histórica quebrando diversos paradigmas conservadores do ensino, dos catedráticos – em sua maioria homens – e da instituição. E, por isso mesmo, foram duramente vigiadas, perseguidas, expulsas da UFRJ e presas.

### **Maria Yedda Leite Linhares**

Maria Yedda Leite Linhares (1921-2011) nasceu em Fortaleza (CE), em uma família modesta, a sua mãe não pode frequentar a escola mas aprendeu a ler e o seu pai teve uma formação intelectual precária, ambos tiveram que trabalhar desde muito jovens. A sua referência mais progressista veio de sua mãe. Ela nunca permitiu que a filha estudasse formalmente em um colégio, assim Linhares foi alfabetizada em casa, já que os únicos colégios que havia em Fortaleza eram de freiras, apesar de religiosa, a sua mãe acreditava que as freiras só serviam para educar meninas ricas. Rememorou Linhares (LINHARES, 1992, p. 217),

---

<sup>1</sup> Este artigo é um recorte da pesquisa “A UFRJ e a ditadura civil-militar” que desenvolvo na Divisão de Memória Institucional SIBI/UFRJ e no Pós-doutorado em História Social no PPGHIS/UFRJ.

<sup>2</sup> Historiadora da UFRJ; Diretora da Divisão de Memória Institucional SIBI/UFRJ; membro da Comissão da Memória e Verdade da UFRJ; e Pós-Doutoranda em História Social (PPGHIS/UFRJ). E-mail: andreaqueiroz@sibi.ufrj.br

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Só com dez anos entrei para um grupo escolar aberto na Escola Normal para a prática dos professores. Entrei para o segundo ano primário e achei aquilo uma chatura completa, muito aquém de mim. Mas fiquei lá apenas alguns meses, pois naquela ocasião deixamos o Ceará, fomos para Porto Alegre e finalmente viemos para o Rio de Janeiro. Até essa época algumas coisas foram importantes para mim: a música que papai ouvia, a posição crítica de mamãe, sempre contra o poder, o convívio com a família Linhares, amigos de papai que representavam a riqueza, tinham um nível social mais alto. Eu acabei me casando nessa família Linhares, muitos anos depois.

A família de Linhares se mudou para o Rio de Janeiro e se instalou no bairro da Tijuca, em 1933, onde ela começou a estudar no Instituto Lafayette. Mas em 1935, se mudou para Copacabana e pediu transferência para o Colégio São Paulo, onde reencontrou algumas amigas de sua cidade natal e completou o ginásio. A sua ligação com a História começou pela referência de duas professoras dessa área do conhecimento que a marcaram nessa época ginásial: dona Hortênsia do Instituto Lafayette e dona Ruth Almeida Serra do Colégio São Paulo. Em 1938, quando estava no último ano do ginásio, participou de uma maratona intelectual organizada pelo Ministério da Educação com alunos do curso secundário de todo o país, e assim ganhou o prêmio nacional na maratona de história. Tudo isso a motivou fazer o vestibular para estudar História na Universidade do Distrito Federal.

A Universidade do Distrito Federal (UDF), projetada por Anísio Teixeira, foi criada em 04 de abril de 1935, sob a prefeitura de Pedro Ernesto (1935-1936) que pretendia obter maior autonomia política para a cidade do Rio de Janeiro frente ao governo federal, assim definia como princípio norteador da nova universidade o estímulo à cultura, à pesquisa científica, literária e artística para a formação de profissionais e técnicos, e prover a formação do magistério em todos os seus graus. Para Anísio Teixeira, a UDF deveria estar voltada para a produção do saber, e não apenas para a difusão e conservação dos conhecimentos, e a formação profissional se baseava na pesquisa científica. O projeto da UDF, apesar de inovador, encontrou muitas resistências, e durou até 1939, com o Golpe do Estado Novo (FERREIRA, 2013, p. 21-22).

Maria Yedda Linhares começou os seus estudos em História na Universidade do Distrito Federal, em 1939, e no mesmo ano com a extinção da UDF foi transferida

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

para a Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi) da Universidade do Brasil (UB)<sup>3</sup>. Relembrou que “a única coisa que mudou foi que na UDF o curso era só de história, e na Faculdade Nacional de Filosofia passou a ser história e geografia. Mas os professores continuaram os mesmos” (LINHARES, 1992, p. 219).

A Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil foi criada, em 1939, pelo Decreto-lei n.1190, durante a ditadura do Estado Novo, incorporando vários cursos, professores e estudantes da UDF que havia sido extinta no mesmo ano, e durante três décadas foi a responsável pela formação dos licenciados de várias áreas do conhecimento na UB. Lembramos que em 1968, a FNFi foi desmembrada e dissolvida definitivamente durante a ditadura civil-militar, e dela surgiram novas faculdades e institutos, mas sem uma grande parcela de seu corpo docente e estudantes, que havia sido cassado, sobretudo em 1969. A FNFi foi um dos espaços em que o controle e a perseguição por parte dos gestores da Universidade e dos agentes do governo foi mais expressivo antes mesmo do golpe de 1964 e se intensificou durante a ditadura civil-militar (1964-1985).

Linhares só se formou na FNFi em 1945, porque durante os anos de 1940 e 1942 estudou nos Estados Unidos, retornando para a FNFi somente em 1943. Em 1940, se candidatou e ganhou uma bolsa de estudos estadunidense, primeiro estudou num *College* em Nova Jersey e depois foi para a Universidade de Columbia, em Nova Iorque.

Os dois anos que passei nos Estados Unidos foram decisivos para mim. [...] Se houve um momento em que a minha cabeça realmente mudou, foi nos Estados Unidos. Foi lá que aprendi como se organiza um curso, como deve ser uma universidade. Lá eu percebi que o que havia aqui não era uma universidade, era quase uma escola secundária. Meu grande sucesso como catedrática deveu-se ao fato de eu ter implantado aqui o sistema americano. [...] Eu também trabalhei nos Estados Unidos, em várias coisas, para poder ter o meu *argent de poche*. Dei aulas de português, a particulares e no *Barnard College*. [...] Meu pai pediu que eu voltasse. Estava numa situação muito difícil aqui, do ponto de vista material, e queria que eu voltasse para trabalhar e ajudar a família. (LINHARES, 1992, p. 220-221)

---

<sup>3</sup> A Universidade foi ampliada e reestruturada pela Lei n.452, de 5 de julho de 1937, quando mudou o nome de Universidade do Rio de Janeiro (URJ), criada em 07 de setembro de 1920, pela reunião das Faculdades de Medicina, Direito e Escola Politécnica, para Universidade do Brasil (UB), que incorporou diversas instituições já existentes, incluindo a extinta UDF, em 1939. A Universidade do Brasil representaria a vitrine de um projeto de educação pensado pelo Estado Autoritário e divulgado para o restante do país durante o Estado Novo.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Ao retornar para o Brasil, além de fazer críticas à educação superior no país comparando-na com a sua experiência estadunidense, uma vez que aqui não se discutia temas do presente e não se estimulava a pesquisa, ela também tinha a intenção de reestruturar o velho sistema de cátedras. Foi neste contexto que também se tornou mais engajada na União Nacional dos Estudantes (UNE), sobretudo no final da Segunda Guerra. Apesar de sua militância sobre temáticas importantes do seu tempo presente, sobretudo do mundo pós-guerra, ela salientou em tom de deboche que “(...) não era comunista. Os comunistas também nunca quiseram saber de mim porque eu tinha sido envenenada pelo vírus do imperialismo. Tinha tido contato com aquela coisa horrenda que são os Estados Unidos” (LINHARES, 1992, p. 222).

Sobre sua personalidade engajada e militante, destacou o seu ex-aluno, Francisco Carlos Teixeira da Silva, e professor titular de História Moderna e Contemporânea do Instituto de História da UFRJ, em homenagem ao seu legado quando Linhares faleceu:

Tornou-se fundadora da UNE e sua primeira diretora do “Departamento Cultural”: o teatro, incluindo o jovem teatro negro, as revistas culturais e dos debates. Talvez fosse sempre isso do que Yedda mais gostava. O debate. Quente. Vivo. Múltiplo. Formou-se a frente pela entrada do Brasil na guerra mundial. Lá estava ela, na primeira fila, de braços com Marighela! O escritório da Reuters, na Cinelândia, tornou-se seu próprio escritório, lendo em primeira mão os telegramas que relatavam a guerra. (SILVA, 2011).

O ingresso de Maria Yedda Linhares como docente na FNFfi foi em 1946, como assistente do professor Carlos Delgado de Carvalho, na cadeira de História Moderna e Contemporânea.

Ao seu tempo, trabalhando com os temas da história contemporânea e incentivando os seus alunos, Delgado de Carvalho fazia história do tempo presente. Mais tarde, Maria Yedda Linhares, em torno de quem se reunia um jovem grupo de pesquisadores – Hugo e Arthur de Weiss, Francisco Falcon, Valentina Rocha Lima, e mais tarde Ciro Cardoso, José Luiz Werneck Silva e Pedro Celso Uchoa Cavalcanti – aprofundaria tais análises, em especial em torno da questão do Imperialismo e Descolonização. (SILVA; MATTOS; FRAGOSO, 2001, p. 11)

Segundo Linhares, a prática docente de Delgado de Carvalho era a de cursos gerais, amplos, introdutórios, sem qualquer pretensão de realizar qualquer tipo de pesquisa ou crítica bibliográfica e historiográfica. Diferente da proposta de ensino e pesquisa que Maria Yedda Linhares já estimulava fazer entre o seu grupo de alunos

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

ainda como convidada do professor Delgado de Carvalho a lecionar a “Questão do Oriente”. Pelo seu perfil inovador, de pesquisadora e ainda por existirem poucas mulheres catedráticas na UB, espaço majoritariamente masculino, assim lembrou com surpresa como se tornou a catedrática de História Moderna e Contemporânea, já que era quase certo, na linha sucessória, a cadeira ser ocupada pelo professor livre-docente Antero Manhães, especialista em Renascimento e era o principal assistente do professor Delgado de Carvalho.

Estava praticamente certo que o sucessor do professor Delgado de Carvalho seria o Antero Manhães, que era o livre-docente da cadeira. Mas o professor Manhães faleceu subitamente, de um ataque cardíaco, nas vésperas da aposentadoria do Delgado de Carvalho. Diante disso, fui instada pelo próprio professor Delgado a fazer a minha livre-docência. Eu não queria, não me considerava preparada, nem do ponto de vista dos conhecimentos necessários, nem psicologicamente. Era jovem, tinha filhos pequenos, queria esperar que crescessem um pouco para poder passar um ano na Europa estudando. (LINHARES, 1992, p.224)

Dessa forma, Linhares defendeu a livre docência, em 1955, dedicando-se ao debate sobre Guerra Fria e Imperialismo e, em 1957, fez o concurso para se tornar catedrática de História Moderna e Contemporânea defendendo a tese “As relações anglo-egípcias e o Sudão”. Segundo Linhares (1992, p.225) “naquela época não havia um sistema montado de pós-graduação na Universidade, de modo que a livre-docência supria o doutorado, e era a única garantia para quem pretendesse suceder a um catedrático”. Para os seus ex-alunos, as suas pesquisas tinham a marca da “militância simpatizante” (SILVA; MATTOS; FRAGOSO, 2001, p.12) com os movimentos de libertação da África e da Ásia. Sobre a sua prática docente e as suas pesquisas, Maria Yedda Linhares (1992, p. 226) defendeu:

Como já disse, fui muito influenciada pelos cursos de história americana que fiz nos Estados Unidos. Foi muito importante para mim aquela ideia de que o aluno tem que sair com o conhecimento global da matéria, sendo capaz de discutir as principais questões do seu país. Eu estava preocupada em levantar grandes questões. [...] A montagem da Cadeira foi assim alvo de grandes reflexões e conversas minhas com o Falcon. [...] É preciso lembrar também que os anos [19]50 foram um momento de construção decisivo para o Brasil. Ao mesmo tempo em que estávamos pensando em mudar o país, começamos a ver a universidade, e a nossa atuação dentro dela, como parte desse processo de mudança. Estávamos muito preocupados em preparar melhor os quadros do magistério para que conduzissem esse processo nas escolas.

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

Cabe destacar a importância de Linhares para a “profissionalização” (SILVA; MATTOS; FRAGOSO, 2001, p. 12) da pesquisa junto ao ensino no curso de História da FNF, especialmente na cadeira de História Moderna e Contemporânea, indo de encontro à postura conservadora de ensino de outros catedráticos, sobretudo o de História do Brasil, o professor Hélio Viana, que privilegiava a história política. Linhares tinha a intenção de criar um centro de pesquisas para articular História Moderna com História do Brasil, contudo, foi vetado por Hélio Viana. É importante salientar que as aulas e as pesquisas de Linhares e de seus assistentes estavam relacionadas ao contexto nacional, às temáticas sociais e às relações internacionais. Como lembrou Linhares (1992, p. 230), “nós éramos politizados. Eu e meus assistentes discutíamos muito a bibliografia a ser lida. [...] Queríamos uma história que levasse à reflexão, mas baseada em fatos, em dados. Factual no sentido correto da palavra”. Enfim, destacou Linhares (1992, p. 228), “nós também queríamos ser historiadores, dominar os instrumentos da pesquisa histórica”. Destacamos que Linhares formou várias gerações de historiadores e historiadoras que se apropriaram de sua prática de ensino movida por questões de seu tempo, de lutas sociais e políticas.

Em torno de sua sala de aula e de seus gabinetes de pesquisas passaram gerações. A primeira delas com nomes como Arthur e Hugo Weiss, Valentina Rocha Lima, Francisco Falcon e Helena Lewin. A estes se agregou uma segunda turma, formada pelos jovens Ciro Cardoso, Barbara Levy, José Luis Werneck da Silva, Berenice Brandão. E então veio a vocação irresistível de participar, de viver no mundo, e fazer a mudança: as lutas políticas e sociais tomaram vulto: contra as oligarquias, contra os entreguistas, contra as burocracias e as velhas lideranças acadêmicas carcomidas. Sua integral participação nas lutas do seu tempo. (SILVA, 2011).

Dessa maneira, a cadeira de História Moderna e Contemporânea passou a privilegiar o estudo temas do tempo presente e a funcionar como um espaço de crítica, destinado a formar uma nova geração de professores com um “espírito democrático” que não era comum nas outras cadeiras do curso de História. Para Linhares a intenção era formar professores pesquisadores. Por tudo isso destacou a historiadora Marieta de Moraes Ferreira (2014, p. 32), a FNF e, sobretudo, o curso de História passariam por grandes transformações na virada dos anos 1950. Com a separação do curso de História e Geografia em dois departamentos distintos, possibilitando uma ampliação da História com uma mudança curricular e a introdução de novas disciplinas e novos

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

assistentes. Areladas a essas transformações, uma geração mais nova de professores começou a ocupar posições de destaque na FNFi, e foi neste contexto que se inseriram os concursos para as cátedras de Maria Yedda Linhares e Eulália Lobo.

## **Eulália Maria Lahmayer Lobo**

Eulália Maria Lahmayer Lobo (1924-2011) nasceu no Rio de Janeiro, no bairro de Botafogo. Pelo lado materno, descendia de uma família tradicional cafeeira do interior do Rio de Janeiro, os Teixeira Leite de Vassouras; já a família paterna era de imigrantes portugueses. Assim como Linhares, Lobo também aprendeu a ler em casa com uma professora particular.

Não comecei a estudar em colégio, mas com uma professora que dava aulas para um grupo pequeno, de cinco alunos, eu e meus primos, pois meus irmãos eram muito mais velhos. Essa professora chamava-se dona Nair Lopes e era uma pessoa extraordinária, encantadora, inteligentíssima. Tínhamos aulas de botânica no Jardim Botânico, visitávamos fábricas para ver as condições de vida dos operários, fazíamos peças de teatro, representando personagens históricas. [...] Fiz esse primário maravilhoso, tive aulas de línguas e depois iniciei no ginásio do Colégio Jacobina. (LOBO, 1992, p.85)

Em 1941, Linhares ingressou no curso de História da FNFi, tendo entrado direto para Universidade ao terminar o quinto ano do ginásio. Eulália Lobo recordou que Maria Yedda Linhares tornou-se sua colega de turma quando retornou da temporada estadunidense.

Acho que escolhi estudar história, afinal, para poder entender a evolução do Brasil, compreender a formação da cultura brasileira e da América Latina em geral. Entrei para a faculdade com a ideia de que queria fazer pesquisa. Nunca pensei em ser professora, mas acabei sendo. [...] No começo éramos só quatro alunos, e depois entrou a Maria Yedda Linhares, vinda dos Estados Unidos. (LOBO, 1992, p. 85),

Eulália Lobo, depois que se formou em História pela FNFi, complementou a sua formação nos Estados Unidos, nas Universidades de Columbia e da Carolina do Norte. Quando retornou ao Brasil, começou a lecionar no Colégio Pedro II e na Universidade do Brasil concomitantemente. Tornou-se assistente do professor Sílvio Júlio de Albuquerque Lima na cadeira de História da América, na FNFi. O professor Sílvio Júlio “possuía uma erudição enorme, uma biblioteca fantástica. Suas aulas eram interessantes, ele fornecia pistas, mas não tinha metodologia alguma” (LOBO, 1992, p.87). Corroborando com o que lembrou Linhares, segundo Lobo, na época de

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

sua graduação e durante muito tempo não havia o incentivo à pesquisa no curso de História. Embora o regimento da FNFi previsse a formação de pesquisadores, o que se fazia na prática era formar apenas professores.

Sobre as transformações do ensino de História aliadas às atividades de pesquisas implementadas a partir da entrada de novos professores na FNFi, ressaltou Marieta de Moraes Ferreira (2013, p. 65) que se nos anos anteriores, as diferentes concepções de história e as visões divergentes sobre o formato dos cursos e as relações entre ensino e pesquisa já se delineavam, com a conjuntura dos anos 1950 e 1960, com os debates sobre o lugar da Universidade, do movimento estudantil e o uso do ensino de história como instrumento de transformação social provocou, cada vez mais, uma cisão entre alunos e professores, e entre os próprios professores.

Segundo Ferreira (2013, p. 58-63), não apenas os professores estavam mudando a FNFi, havia um engajamento dos alunos em transformar o curso de História, sobretudo, aqueles ligados ao Centro de Estudos de História, criado em 1958, e ao periódico *Boletim da História* criado no mesmo ano, ambos questionavam e rejeitavam os ensinamentos ministrados na maioria das disciplinas oferecidas no curso de História, tinham uma aproximação com o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), discutiam as propostas para a Reforma Curricular e Universitária e passaram a produzir a coleção de livros didáticos “História Nova” sob a orientação marxista de Nelson Werneck.

Lembramos que, em 1951, a criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Coordenação Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) foram importantes para a efetiva institucionalização da pesquisa nas universidades. Na Universidade do Brasil, estas agências de fomento contribuíram para a criação de núcleos e laboratórios de pesquisa, para o desenvolvimento de novos projetos de pesquisa científico-tecnológicas, como também, a possibilidade do fomento de bolsas de pesquisas para professores, estudantes e pesquisadores.

Eulália Lobo foi pioneira ao se tornar a primeira mulher a defender uma tese de doutorado em História no país, dedicando-se à América Latina e à relação com o

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Brasil, com o título: “Administração colonial luso-espanhola nas Américas”. Segundo Lobo (1992, p.88-89),

o regime do doutorado era o seguinte: a pessoa escolhia um orientador, que era aprovado pelo departamento, e a partir daí seguia a sua orientação quanto a leituras. Você tinha que manter um diário, registrando o que lia, o que pensava etc., e esse diário era controlado pelo departamento no fim do ano. Meu orientador foi o Sílvio Júlio, mesmo porque não havia outra escolha. E foi uma loucura total. [...] Ele defendia o mundo hispânico, Bolívar era o herói máximo! Era aquela história de heróis, de paradigmas, história exemplar. Mas Sílvio Júlio foi muito útil, porque tinha informações sobre fontes e ele próprio possuía muitas delas. A conversa com ele é que não tinha muita utilidade. Para o tipo de trabalho que eu estava fazendo, havia muita documentação impressa aqui mesmo no Rio: a legislação das Índias, o Real Cedulário, o Código Felipino, as atas das Câmaras. [...] Também fui a Sevilha, tendo pequena ajuda do Itamarati e do Instituto de Cultura Hispânica, pesquisar no Archivo General de Índias. Pesquisei também no Archivo General de Madrid. [...] Quem me ajudou muito também foi Jayme Cortesão.

Depois do doutorado, produziu uma tese para a livre docência sobre o “Caminho de Chiquitos às Missões Guaranis”. Nesta tese, Lobo (1992, p.89) destacou como a documentação sobre esta referida estrada revelou novos aspectos sobre a Guerra do Paraguai que até aquele momento não haviam sido pesquisados, analisando como o caminho de Chiquitos era uma tentativa de romper o bloqueio e abastecer o Paraguai via Bolívia e Peru. Em 1958, Eulália Lobo tornou-se catedrática de História da América na FNF*i*, no mesmo ano em que Maria Yedda Linhares também se tornou catedrática de Moderna e Contemporânea. Em 1967, por meio de concurso público e da defesa da tese “Aspectos de atuação dos consulados de Sevilha, Cádiz e da América Hispânica na evolução econômica do século XVIII”, tornou-se professora titular de História da América do departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais que havia se desmembrado da FNF*i* naquele mesmo ano.

É necessário destacar não apenas a trajetória acadêmica de Linhares e Lobo, mas, sobretudo, como aliaram a importância da pesquisa junto ao ensino de História na FNF*i* e no IFCS, rompendo o conservadorismo dos antigos catedráticos, em sua maioria homens, quer dizer, ao se tornarem mulheres catedráticas; com a inovação de propor em suas práticas docentes temáticas do presente, com novas fontes documentais e conjugadas à criação de grupos de pesquisas, com isso, romperam de vez com a metodologia e a prática de ensino que se fazia no curso de História da FNF*i*. E por essa postura inovadora e questionadora de antigas práticas docentes

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

fizeram com que ambas fossem bastante vigiadas e investigadas pelos grupos conservadores da Universidade, especialmente, pelo diretor da FNFi e posteriormente do IFCS, o professor de História Antiga e Medieval, Eremildo Luiz Vianna.

Este processo de associar o ensino de História à pesquisa e aos grupos de pesquisa foram intensificados, em 1961, com a criação da Associação Nacional de Professores Universitários de História, a ANPUH, da qual Maria Yedda Linhares (2001, p. 234) teve importante participação, ressaltando: “com a criação da ANPUH abria, assim, novas possibilidades de fazer amigos e aliados, de debater problemas da profissão, pensar com esperanças concretas na reforma do curso e da Universidade”.

Tanto Linhares quanto Lobo, em suas entrevistas, concedidas à FGV, em 1992, destacaram a importância da pesquisa para a transformação do ensino de História tanto na FNFi e depois no IFCS, e ressaltaram que com a criação da ANPUH ampliou-se a possibilidade de debater as pesquisas entre os historiadores de outras universidades, mesmo que de forma incipiente, quebrando o paradigma inclusive das cátedras. As discussões também se avolumaram com a proposta de Reforma Universitária, que aconteceu efetivamente em 1968, que acabaram inclusive com as cátedras.

### **Professoras e Historiadoras: vigiadas, perseguidas, cassadas e presas**

Durante a ditadura civil-militar (1964-1985), as universidades brasileiras tornaram-se foco de atuação do regime autoritário por serem consideradas locais onde as ideias comunistas se propagariam mais facilmente entre os estudantes e os professores, e com essa justificativa o governo manteve um controle intensivo no interior das instituições, contando com a colaboração dos servidores que estavam alinhados com a ditadura. Há evidências de que o controle, a vigília e a perseguição política sofrida pela comunidade acadêmica da Universidade do Brasil ocorreram antes mesmo do golpe de 1964, como a perseguição sofrida pelos membros da antiga Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi), com a existência de vários dossiês e inquéritos contra o seu corpo social.

Neste período do pós-golpe de 1964, estas ações de investigações e perseguições em várias universidades pelo país ficaram conhecidas como “Operação

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

Limpeza”, como destacou Motta (2014, p. 25). Tal operação era utilizada pelos agentes do Estado e seus apoiadores para expressar também a determinação de afastar do cenário público os adversários recém-derrotados: comunistas; socialistas; trabalhistas e nacionalistas de esquerda. Para a manutenção desse aparato de controle do governo ditatorial sobre a universidade foi importante o apoio de parcela da comunidade acadêmica que não somente colaborou com o regime autoritário, mas se beneficiou com cargos de gestão na administração pública, como o professor e reitor da UB, Raymundo Moniz de Aragão (gestão 1966-1969), que foi Ministro da Educação e da Cultura interino de 30 de junho a 04 de outubro de 1966, e fez uma importante articulação para a implementação da Reforma Universitária de 1968.

Outro notório colaborador da ditadura e que ocupou alguns cargos na gestão da Universidade foi o professor Eremildo Luiz Vianna, catedrático de História Antiga e Medieval e ex-diretor da FNFfi de 1957 a 1963 e do IFCS durante quase todo o período da ditadura. Ele teve uma efetiva atuação no que se refere à perseguição e à expulsão dos professores e estudantes da FNFfi e posteriormente do IFCS. Ressaltamos que em 16 de maio de 1964, Eremildo Vianna enviou um relatório intitulado “Professores comunistas da Faculdade Nacional de Filosofia” para o então general Arcy da Rocha Nóbrega, que presidia a Comissão de Investigação da Universidade do Brasil (CIUB). Eremildo Vianna denunciou 44 professores da UB de subversão e afirmava que todos eles formavam uma célula comunista na Universidade de nome Anchieta, como analisou Ludmila Pereira (2010, p. 99). De acordo com a documentação do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) no Arquivo Nacional, apesar das suspeitas, a referida Comissão não encontrou elementos importantes para a comprovação das acusações feitas aos chamados comunistas da FNFfi (FERREIRA, 2013). Por sua relação com a ditadura e o papel desempenhado como delator de seus colegas de trabalho, tanto na Universidade quanto na Rádio MEC (onde foi presidente, cargo que conseguiu ocupar após perseguir e expulsar a então presidente da Rádio, a professora Maria Yedda Linhares, sua colega no curso de História da FNFfi), Eremildo Vianna foi alvo de muitas críticas em crônicas e matérias da grande imprensa.

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

Podemos dizer que Maria Yedda Linhares foi uma das professoras mais vigiadas por Eremildo Vianna. O episódio inicial foi a invasão da Rádio MEC, como mencionado acima, e a sua prisão incentivada por Vianna com o apoio do aparato coercitivo militar. Para Linhares (1992, p. 233), “a história da tomada da Rádio MEC, ficou célebre. A partir daí fui alvo de inúmeras investigações, se não me engano foram sete IPMs. Fui muito perseguida, foram os momentos mais difíceis da minha vida”.

É válido destacar que com o crescimento do movimento estudantil, a partir de 1966, e as críticas crescentes ao regime militar funcionavam no curso de História da FNFfi como um estímulo ao debate, com a criação de grupos de estudos, seminários e palestras, e o envolvimento com leituras que levavam a uma interpretação da história na perspectiva do materialismo histórico. Ainda nesse período, Maria Yedda Linhares tentou criar uma pós-graduação em história social, elaborando um projeto para o funcionamento do novo curso, mas a iniciativa não teve êxito, sobretudo, pelos entraves do conservadorismo presente entre os vários catedráticos. (FERREIRA, 2014, p. 4)

O Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) foi criado em 13 de março de 1967, pelo Decreto-Lei n. 60.455, após o desmembramento dos cursos da FNFfi, um ano antes da Reforma Universitária. O IFCS de modo geral sofreu diversos ataques do governo militar, além do próprio mecanismo de opressão e patrulhamento sobre os estudantes, professores e técnicos, havia uma ameaça direta de invasão pelas forças policiais nas dependências do instituto, como já havia ocorrido em setembro de 1966, no antigo prédio da Faculdade Nacional de Medicina e, em junho de 1968, no Teatro de Arena Carvalho Netto, no campus da Praia Vermelha. É importante ressaltar que ao mesmo tempo em que o IFCS e o seu corpo social estavam na mira das forças da repressão e do diretor do instituto, também existia o movimento de resistência dos estudantes e dos professores, como a mobilização de vigília para a realização de diversas palestras, debates e discussões políticas proibidas pela ditadura e que ocupavam o IFCS. Cabe destacar a palestra da professora Eulália Lobo sobre “Problemas atuais da América Latina”, que trouxe a imersão analítica do historiador na realidade social de seu tempo.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

O processo de truculência e de radicalização atingiu o seu auge, com a realização, por órgãos de repressão, de um atentado a bomba ao prédio da Rua Marquês de Olinda, onde funcionava o recém-criado IFCS. Como destacou o *Jornal do Brasil*, de 4 de outubro de 1968: “Bomba caseira explode de madrugada no jardim do Instituto de Filosofia”. Em dezembro de 1969, com grande parte do corpo docente do cassado, o IFCS foi transferido para o Largo de São Francisco para ocupar o prédio da antiga Escola Politécnica que havia migrado para a Cidade Universitária, na Ilha do Fundão<sup>4</sup>.

A Reforma Universitária foi implantada pelo MEC, pelo Decreto-Lei n.62.937 de 2 de julho de 1968, caracterizado por uma modernização conservadora e autoritária, que na prática significou: a valorização do ideal de eficiência e racionalidade de recursos; o aumento do número de vagas; a reorganização da carreira docente; a criação dos departamentos e o fim das cátedras; o incentivo à pós-graduação e à pesquisa; como também a censura às ideias de esquerda; a repressão e o afastamento dos meios acadêmicos dos defensores dos ideais comunistas; o cerceamento do movimento estudantil; a criação de Agências Especiais de Informação (AESIS) para controlar o corpo social da Universidade; a censura ao que se pesquisava, à publicação e à circulação de livros, sobretudo aqueles ligados aos temas da esquerda; e a criação e a valorização de disciplinas que atrelavam educação ao civismo (MOTTA, 2014, p. 15).

Como destacamos, com a Reforma Universitária ocorreu a extinção das cátedras, mas segundo Maria Yedda Linhares (2001, p.24): “as cátedras na prática permaneceram camufladas sob o eufemismo de área”. Enfim, o regime de cátedra havia terminado, mas a forma de ingresso como professor não tinha mudado. O recrutamento continuava na base das relações pessoais e de indivíduos que não tinham o chamado “passado político”. E gestores como Eremildo Vianna se beneficiavam desse modelo de “recrutamento profissional” que permaneceu durante toda a ditadura como diretor do IFCS.

Com a decretação do Ato Institucional n.5, em 13 de dezembro de 1968, que promoveu um acirramento do regime autoritário, fechando o Congresso e cassando

---

<sup>4</sup> Sobre o debate dos usos políticos da ditadura civil-militar com relação às obras para a reinauguração da Cidade Universitária, sobretudo, no final dos anos 1960 e início dos 1970 ver QUEIROZ, 2021.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

direitos civis e políticos, muitos professores da UFRJ foram expulsos da Universidade, sendo aposentados de forma compulsória. Tal ação impactou diretamente na UFRJ, com o chamado esvaziamento científico, intelectual, cultural, social e político, já que muitas pesquisas e projetos foram interrompidos. Por exemplo, com o fim do sistema de cátedras e com a cassação de Maria Yedda Linhares, a antiga cátedra de História Moderna e Contemporânea “foi dissolvida em disciplinas autônomas, descoordenadas e sem pessoal com formação adequada para ministrá-las” (SILVA; MATTOS; FRAGOSO, 2001, p. 12).

Além do AI-5, também ressaltamos o Decreto-lei n. 477, de fevereiro de 1969, que se caracterizou como um dos principais mecanismos legislativos de coerção da vida universitária. Professores, estudantes e técnico-administrativos acusados de subversão ao regime passaram a ser punidos com a expulsão da universidade sem o direito de retorno a qualquer outro estabelecimento de ensino por um determinado período. No caso da UFRJ, os docentes cassados em 1969 foram enquadrados pelo AI-5, já os estudantes expulsos a partir de 1969 foram enquadrados pelo 477.

Dialogando com essa perspectiva de esvaziamento intelectual, político, social e científico, Eulália Lobo (1992, p. 93-94) ressaltou que depois do AI-5 e da expulsão de grande parte de seu corpo docente, o IFCS

ficou bastante enfraquecido, não só o departamento de História, mas os departamentos de Antropologia e de Filosofia. O que aconteceu foi que não havia pessoas disponíveis para substituir os que saíram. Houve um declínio de qualidade, que se reflete inclusive num catálogo publicado pela universidade. Lá você vê que durante todo o período da ditadura foram feitas três pesquisas no Departamento de História. Três pesquisas mínimas, monográficas. [...] O obscurantismo foi tal que a biblioteca foi fechada! Quando voltei para o IFCS, com a anistia, a primeira coisa que fiz foi lutar pela biblioteca. Abrimos uma câmara escura no quarto andar, onde estavam os livros empacotados, e trouxemos tudo para fora em carrinhos de mão emprestados da seção de obras do prédio [...] Podia ter havido pesquisa, do tipo conservador, que fosse, mas não houve. A biblioteca foi enclausurada! O que se pode dizer disso? Foi um declínio horrível.

Além de terem sido aposentadas compulsoriamente em 1969, ou seja, expulsas da Universidade por serem consideradas subversivas, pelo posicionamento que mantinham contrariando o *status quo*, e tentando reformular o modelo tradicional de ensino de História implementando a pesquisa e o debate de temas do presente em suas

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

aulas, tanto Linhares quanto Lobo também foram presas pela ditadura. Sobre o episódio de sua prisão, lembrou Eulália Lobo (1992, p. 92),

Fui presa por ocasião da visita do Rockefeller ao Brasil em [19]69. Foi uma “operação gaiola”, como eles chamaram. Prenderam todo mundo que não queriam que falasse com o Rockefeller. E contrataram pessoas para fazer manifestação a favor, mediante pagamento. Entre os que reivindicaram minha soltura estavam justamente os adidos cultural e militar dos Estados Unidos, porque eles tinham convidado várias pessoas para ir conversar com o Rockefeller, e eu estava entre os convidados. Fiquei presa uma semana. [...] Foi nessa época que eu comecei a escrever a minha história da América Latina. Porque é horrível ficar presa, principalmente numa situação de arbitrariedade total, desconhecendo o seu destino. Eu ia ficar uma semana, um mês, um ano, três anos?

Maria Yedda Linhares foi presa três vezes durante o ano de 1969, depois que foi expulsa da UFRJ. Após a sua última prisão, aceitou o convite para lecionar em universidades francesas, onde permaneceu até retornar ao Brasil em 1974. Rememorou Linhares (1992, p. 19),

logo no dia 2 de janeiro de 1969 fui presa. Estive três vezes presa ao longo do ano. Fui aposentada e recebi um convite para ir para a França. Depois vim a saber que Fernand Braudel mandou dois telegramas para o Costa e Silva, presidente da República, pedindo que fosse autorizada a minha saída do país. Eles também me mandaram um telegrama pedindo o *curriculum vitae* para eu poder ser contratada naquele ano, mas o porteiro aqui era um elemento da polícia e prendeu a correspondência. De toda forma, consegui ir para a França e passei cinco anos lá, de [19]69 a [19]74. No primeiro ano dei aulas em Vincennes, graças a Josué de Castro, que arranjou essa fórmula para eu não perder tempo. Depois fui nomeada professora titular em Toulouse, como eu era aqui, com todas as regalias.

Depois da prisão e expulsa da UFRJ, Eulália Lobo permaneceu no país pesquisando com verbas de instituições de fomento internacionais, e anualmente durante doze anos viajava aos Estados Unidos para lecionar a convite das universidades estadunidenses, mas sempre voltava, pois continuou a sua pesquisa no Brasil com a ajuda de outros colegas pesquisadores em instituições privadas. Destacou Lobo (1992, p. 92):

depois que saí do IFCS consegui verba da *Ford Foundation* e do *Social Science Research Council* para pesquisar aqui mesmo, sobre o Rio de Janeiro. [...] Quando acabaram esses auxílios, continuei trabalhando graças à Bárbara Levy, que tinha criado um centro de pesquisa no IBMEC e me levou para lá.

Ressaltamos que a partir de 1978, os professores que atuavam na UFRJ começaram a organizar uma campanha para a reintegração dos que foram cassados, respaldados pelo embalo das campanhas pela Anistia. Atividade que ganhou força

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

posteriormente com a criação da Associação dos Docentes da UFRJ (AdUFRJ) em 1979, e com a Lei de Anistia no mesmo ano. Com isso, grande parte dos professores que foram expulsos da Universidade foram efetivamente reintegrados a partir de 1979 e ao longo do início dos anos 1980.

Maria Yedda Linhares voltou a lecionar nas universidades públicas brasileiras após a Anistia, primeiro na UFF (Universidade Federal Fluminense) e depois na UFRJ, em 1980. Mas, precisamos destacar que ela havia retornado do seu exílio na França, em 1974, após o nascimento de sua neta. No Brasil, permaneceu dois anos sem lecionar apenas fazendo traduções, até que recebeu um convite de Fernando Leite Costa para apresentar um trabalho sobre história quantitativa na área da agricultura, um Seminário organizado pela Fundação Getúlio Vargas, e apesar das críticas que recebeu por basear a sua pesquisa em fontes foi contratada pela FGV, em 1977, mesmo ainda não estando anistiada. Dois meses depois do evento, recebeu um convite para estruturar um programa de pesquisa sobre a agricultura brasileira, passando a trabalhar no Centro de Pós-graduação em Desenvolvimento Agrícola (CPDA) da FGV, que posteriormente, na década de 1980, passou a integrar a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

Fui convidada a participar pelo Fernando Leite Costa, que já morreu. Ele me pediu para apresentar um trabalho sobre história quantitativa na área da agricultura. Apresentei então uma proposta de levantamento de fontes para a história da agricultura brasileira. Causou um impacto negativo, Otávio Ianni foi contra, Míriam Limoeiro disse horrores. "Fontes? Para quê?" Ainda estávamos no apogeu da história marxista, e eles achavam que não se podia falarem fontes, em dados, em séries. Mas o pessoal da Fundação aceitou, e aí entram as loucuras brasileiras. Eu não podia participar de bancas nas universidades, não podia trabalhar numa editora, mas o Ministério da Agricultura e a Seplan financiaram a Fundação Getulio Vargas para eu ser contratada e dirigir um programa de história da agricultura! Fiz um trabalho extremamente profissional e me senti muito feliz. Publiquei parcialmente os resultados no livro História da Agricultura Brasileira. (LINHARES, 1992, p. 235)

Sobre o retorno de Linhares, destacou o historiador Francisco Carlos Teixeira da Silva, seu ex-aluno, amigo e grande parceiro intelectual depois da chegada ao Brasil, com quem publicou duas obras de grande importância para a historiografia brasileira: “História do abastecimento: uma problemática em questão (1530-1918)” e “História política do abastecimento”,

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

o casamento de Maria Teresa [filha] e o nascimento de Patrícia, a primeira neta seriam demais. Forçava seu retorno, antes do decreto da Anistia. A pressão seria tremenda, obrigando-a a um exílio interno, em Vassouras e impossibilitando toda pesquisa e docência em entidades públicas. Com a volta reorganizavam-se as redes de sociabilidade, os amigos e os projetos. Em princípio o CPDA, no Horto Florestal, depois a UFF e enfim, o retorno à casa, a UFRJ. Formava-se em torno dela uma nova geração, dos quais João Fragoso e Hebe Mattos são os mais amados. Enfim, a redemocratização. (SILVA, 2011)

Com o processo de redemocratização, é importante destacar também o papel desempenhado por Linhares como militante política em prol da democracia e da reestruturação do ensino básico, incentivando novas pesquisas na Universidade com ênfase no ensino escolar, sobretudo, quando foi convidada a assumir a secretaria de Educação do Município do Rio de Janeiro<sup>5</sup>, que em conjunto com Iara Vargas, secretária de Educação do Estado do Rio de Janeiro, trabalharam no projeto de criação dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs)<sup>6</sup>, projeto do professor e vice-governador do Rio de Janeiro Darcy Ribeiro (que também foi aposentado compulsoriamente da UFRJ em 1969), durante os dois governos de Leonel Brizola (1983-1987 e 1991-1994), “promovendo o projeto mais revolucionário de mudança educacional do país desde Anísio Teixeira” (SILVA; MATTOS; FRAGOSO, 2001, p. 14). Linhares (1991, p.4), parafraseando Paulo Freire, reforçou que “a escola por si só não transforma a sociedade, mas temos em mente que ela é um importante veículo de mudança social”. Lembramos que neste período Linhares estava filiada ao Partido Democrático Trabalhista (PDT).

Eulália Lobo também retornou para a UFRJ após a Anistia assim como Linhares, mas antes de ser anistiada passou a lecionar como professora convidada no Programa de Pós-graduação em História da UFF, em 1970, a convite da professora Aidyl Carvalho Preis que coordenava o PPGH/UFF. Como destacou Lobo (1992, p. 94): “voltei a dar aula, não mais especificamente sobre História da América, mas sobre vários assuntos: operariado, história das cidades, vários temas que abrangiam o Brasil e a América Latina”.

---

<sup>5</sup> Sobre a gestão de Maria Yedda Linhares na Secretaria de Educação do Município do Rio de Janeiro ver: MATOS, 2017.

<sup>6</sup> A concepção dos CIEPs era pautada no entendimento de que o aluno proveniente de famílias mais pobres deveria ficar mais tempo na escola, distanciando-o do trabalho infantil e/ou da vulnerabilidade social, além de assegurar o respeito ao universo cultural do aluno no processo de introdução da criança ao domínio do código culto. (MATOS, 2017, p.28).

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Na UFF, ambas historiadoras, Linhares e Lobo, junto da professora e historiadora Ismênia Martins de Lima, coordenaram o primeiro projeto FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) na área de História, considerado revolucionário porque até o formulário de requisição era voltado completamente para a área tecnológica. Como lembrou Lima (2004, p. 4),

o formulário era pensado, sobretudo, nos moldes da área tecnológica, porque o PADCT [Programa de Apoio ao Desenvolvimento] excluía Ciências Humanas. Como nenhum texto não proibia o financiamento pela FINEP de projetos de pesquisa estimulados pela coordenadora [do PPGH], a professora Aidyl, tentamos a sorte [...] e conseguimos. [...] Tínhamos que especificar os mecanismos mais eficazes de incorporar os resultados da pesquisa aos setores produtivos da economia nacional.

Vale destacar que com o seu retorno para a UFRJ, Eulália Lobo, além de reabrir a Biblioteca do IFCS, que estava enclausurada como já foi narrado, teve importante atuação para a criação do curso de Mestrado em História que deu origem ao atual Programa de Pós-graduação em História Social (PPGHIS). Lembramos que apesar das resistências ao novo modelo trazido pela Reforma Universitária e dos conflitos permanentes entre alunos, professores e autoridades do MEC, em 1970 foi implantado um curso de especialização em História na UFRJ, mesmo com grandes dificuldades para sua legitimação. Segundo Falcon (2012, p. 12),

Eulália L. Lobo assumiu a coordenação da pós-graduação e deu início ao processo de seu credenciamento, cuidando também, com muita dedicação e competência, da biblioteca setorial. Após uma visita realizada por uma comissão da Capes, o Curso de Mestrado foi finalmente reconhecido e credenciado em 1982.

Segundo o historiador Ronaldo Vainfas (apud PELLI, 2011), Eulália Lobo não restringiu os seus estudos sobre as diferentes colonizações da América. Após a Anistia, no final de 1979, organizou o curso de História Urbana, concentrando as pesquisas sobre o Rio de Janeiro, na virada do século XIX para o XX, retratando a classe operária e os imigrantes. Eulália Lobo tornou-se professora Emérita da UFRJ e da UFF. Como resultado de suas pesquisas ao longo de sua trajetória acadêmica possui uma vasta produção historiográfica, com a publicação de cerca de duzentos títulos sob a forma de livros, artigos e conferências em revistas especializadas no Brasil, Argentina, Peru, Costa Rica, Estados Unidos, Portugal, França e Alemanha. Vale destacar também o grande incentivo que deu ao seu marido Bruno Lobo, médico

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

e professor Emérito da Faculdade de Medicina da UFRJ, em escrever sobre a história da Faculdade Nacional de Medicina. Lobo faleceu em 01 de junho de 2011, deixando um grande legado historiográfico.

Destacamos que, em 10 de abril de 1992, foi autorizado e estruturado o curso de doutorado em História Social e a reestruturação do curso de mestrado, convergindo assim para a criação e reconhecimento do Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ. E, em 2000, foi lançada a revista científica do Programa: *Topoi: Revista de História*. Podemos dizer que era um desejo antigo de ambas as historiadoras, desde quando ingressaram na universidade, terem um espaço para o debate acadêmico, para a comunicação e a divulgação científica de novas pesquisas, e para a troca de saberes entre diferentes pesquisadores.

Maria Yedda Linhares se aposentou da UFRJ em 1991, e posteriormente tornou-se professora Emérita da instituição; recebeu o Prêmio Estácio de Sá do governo do estado do Rio; também foi condecorada com o *Palmes Académiques*, a mais alta distinção acadêmica do governo francês. Aos 80 anos, ainda lecionava na Pós-graduação da Universidade Severino Sombra, em Vassouras, no interior do Estado do Rio de Janeiro. Ela faleceu aos 90 anos, em 2011, assim como Lobo, deixando um grande legado historiográfico e representando múltiplas transformações no ensino de História.

Apesar de aposentada, continuo dando minhas aulas na Universidade Severino Sombra (USS) em Vassouras, aqui perto do Rio, orientando pesquisa no curso de mestrado. Sou consultora da FAPERJ. De vez em quando, como já disse, me chamam para palestras, participar em banca de tese, em seminários de pesquisa, tanto no Rio como em outros estados, sobretudo Minas, onde há uma História Agrária em expansão de excelente qualidade. Como professora emérita da UFRJ, continuo em exercício, participando em cursos, seminários, bancas, etc., e cuido de mim. (LINHARES, 2007, p.43 apud LIBLIK, 2016, p.129)

Seja como for, ao analisarmos a trajetória de cada uma dessas renomadas e premiadas historiadoras, que mudaram o ensino de História no Brasil com o incentivo à pesquisa e quebrando diversos paradigmas, acabamos esbarrando na trajetória profissional e acadêmica de tantos outros historiadores e historiadoras formados por elas ou que com elas fizeram escola. Enfim, Maria Yedda Leite Linhares e Eulália Maria Lahmayer Lobo deixaram suas marcas na historiografia, transformaram com a pesquisa o ensino de História, a prática docente e a própria História. Deixaram um

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

legado como historiadoras ao lutarem em seu ofício pela democracia, pela liberdade de pensamento e contra o autoritarismo.

## Referências:

BALDEZ, C. Entrevista: Maria Yedda Linhares. *Jornal da UFRJ*, Rio de Janeiro, ano 4, n. 40, especial n. 1.968, p. 13-16, dez. 2008.

EREMILDO Vianna nega que tenha cometido crime em sua carreira. *Jornal do Brasil*. 1º Caderno, 06 abr. 1978. p. 17.

FALCON, Francisco J. C.; CARVALHO, José M.; FERREIRA, Marieta M. *Reflexões sobre o Programa de Pós-Graduação em História Social: trinta anos*. Topoi n. 25, v. 13, Rio de Janeiro, jul./dez. 2012. p. 6-24.

FÁVERO, Maria de Lourdes. *Universidade do Brasil: das origens à construção*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *A História como ofício: a construção de um campo disciplinar*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2013.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Ditadura Militar, Universidade e Ensino de História: da Universidade do Brasil à UFRJ. *Ciência e Cultura*, n. 4, v. 66, São Paulo, out./dec. 2014. p.32-37.

LIBLIK, Carmem Silvia da Fonseca Kummer. Trajetória de Maria Yedda Linhares: notas sobre a construção de um devir. *História e Historiografia*. Ouro Preto, n. 22, p. 116-133, dez. 2016. doi: 10.15848/hh.v0i22.1121

LIMA, Ismênia Martins de. Conferência em Homenagem a Eulália Lobo. *Revista Rio de Janeiro*, n. 10, Rio de Janeiro, 15 abr. 2004.

LINHARES, Maria Yedda Leite. Escola como formação de cidadania. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ed. 130, 29 dez. 1991. Ideias, Ensaios, p. 4-5.

LINHARES, Maria Yedda Leite. Entrevista concedida à Marieta de Moraes Ferreira, *Estudos Históricos*, n. 10, v. 5, Rio de Janeiro, 1992. p. 216-236.

LINHARES. Maria Yedda Leite. 40 Anos da ANPUH: balanço de uma professora. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MATTOS, Hebe Maria; FRAGOSO, João (Orgs.). *Escritos sobre História e Educação: homenagem à Maria Yedda Leite Linhares*. Rio de Janeiro: Mauad; FAPERJ, 2001. p. 17-30.

LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. Entrevista concedida à Ângela de Castro Gomes e Ronaldo Vainfas, *Estudos Históricos*, n. 9, v. 5, Rio de Janeiro, 1992. p. 84-96.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

MATOS, Sheila Cristina Monteiro. Memórias e diálogos com a educação integral: o legado de Maria Yedda Leite Linhares (1983-1986). Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

PELLI, Ronaldo. Historiadora pioneira. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro. 01 jun. 2011. Disponível em: <https://xn--histria-o0a.ufrj.br/images/Emeritos/SAIBA MAIS Eulalia Lobo - Revista de Hist%C3%B3ria.pdf>. Acesso em: 03 mai. 2021.

PEREIRA, Ludmila Gama. *O historiador e o agente da História: os embates políticos travados no curso de História da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (1959-1969)*. Dissertação de Mestrado em História. Niterói: UFF, 2010.

QUEIROZ, Andréa Cristina de Barros. As memórias em disputa sobre a ditadura civil-militar na UFRJ: lugares de memória, sujeitos e comemorações. *Tempo*. Niterói: PPGH/UFF, v. 27 n. 1, p. 184-203, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/4C4LQnGsWBpDgtfBSt6GfNg/?lang=pt>. Acesso em: mai. 2021.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MATTOS, Hebe Maria; FRAGOSO, João (Orgs.). *Escritos sobre História e Educação: homenagem à Maria Yedda Leite Linhares*. Rio de Janeiro: Mauad; FAPERJ, 2001.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Maria Yedda Linhares (1921-2011). *Carta Maior*. 30 out. 2011. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Coluna/Maria-Yedda-Leite-Linhares-%BF-1921-2011/19371>. Acesso em: 03 mai. 2021.